



# APOIO À APROVAÇÃO DO PL 6387/2019 PARA PREVENÇÃO AO TABAGISMO

Oriundo do Senado (PLS nº 769/2015), o projeto que prevê alterações na Lei Antifumo (nº 9.294/1996) está em tramitação na Câmara dos Deputados (PL nº 6.387/2019) e estabelece:

- **A proibição total da propaganda de produtos de tabaco**
- **O aumento dos espaços das advertências sanitárias nas embalagens**
- **A proibição do uso de aditivos de sabor e aromas em produtos de tabaco**
- **O fumo em veículos com passageiro menor de dezoito anos como infração de trânsito.**

Essas medidas estão previstas na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), tratado ratificado por mais de 180 países, entre eles, o Brasil (Decreto nº 5.658/2006).

## **TABAGISMO: MAIS DO QUE UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

Fumar e a exposição passiva à fumaça do tabaco – juntamente com o consumo de bebidas alcoólicas e de alimentos ultraprocessados – são fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, como as cardiovasculares e respiratórias crônicas, diabetes e câncer, causas de 75% das mortes no Brasil e no mundo ([OMS](#), 2022; [IHME](#), 2019). Cerca de 50 enfermidades estão relacionadas ao tabagismo, considerado em si uma doença (CID-10) ([INCA](#), 2022).

**No Brasil, são 161 mil mortes por ano** ou mais de 440 vidas perdidas todos os dias e 13% das mortes do país (IECS, 2020). Cerca de 90% dos fumantes iniciam o consumo antes dos 19 anos, atraídos pela publicidade e por aditivos de sabor e aromas. Por isso, o **tabagismo é uma doença pediátrica**.

O custo direto com doenças relacionadas ao tabagismo representa 7,8% de todos os gastos anuais em saúde do Brasil. São mais de **R\$92 bilhões (1,35% do PIB)** com despesas de tratamentos de doenças e com perda relacionada de produtividade dos(as) trabalhadores(as) ([IECS](#), 2020). O tabagismo é também um fator de empobrecimento de famílias, de acordo com a Organização Pan Americana da Saúde ([OMS](#), 2022).

A experiência brasileira mostra que políticas públicas de prevenção contribuíram para a redução do índice de fumantes de quase 35%, em 1989, para 12,6%, em 2019, o que levou o país a ser reconhecido pela OMS como referência internacional no controle do tabagismo em 2019 ([Levy et al](#), 2012). Nesse período, foram adotadas medidas como restrição da propaganda comercial, aumento dos espaços para advertências sanitárias nas embalagens e nos pontos de venda, proibição do fumo em locais fechados e aumento da tributação.

No entanto, **os números absolutos de fumantes no país ainda são altos: mais de 20 milhões**. Por isso, as medidas a seguir preveem avanços nas políticas estabelecidas pelos acordos internacionais, com a prevenção da iniciação, a redução do consumo e a proteção contra a exposição à fumaça do tabaco.

## PROIBIÇÃO DO USO DE ADITIVOS DE AROMA E DE SABOR



O caráter incômodo, malcheiroso e irritante da fumaça do tabaco proporciona uma barreira significativa à experimentação e ao uso inicial, sobretudo entre jovens. Porém, aditivos como cravo e mentol contornam esses desconfortos para tornar o produto mais atraente e palatável, e ainda são tóxicos quando aquecidos e inalados.

Da perspectiva da saúde pública, não há justificativa para permitir o uso de aditivos de aroma e sabor nesses produtos - art. 9º, CQCT e suas Diretrizes ([CQCT](#)).

Estudo da Fiocruz com estudantes de 13 a 15 anos revelou que 60% preferem cigarro com sabor e 60,8% com aroma ([Fiocruz](#), 2012) .

A regulação é uma tendência global ([OMS](#), 2021). Até 2019, onze países e a União Europeia tinham restrições à venda de produtos de tabaco com aditivos ([Erinoso et al](#), 2021). Pesquisa Datafolha/2021 identificou que 65% dos entrevistados apoiam a proibição de aditivos, independentemente da condição de fumante, faixa etária, gênero e escolaridade ([Datafolha](#), 2021).

Mesmo com a regulação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC 14/2012, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, algumas poucas decisões em ações judiciais peticionadas pela indústria do tabaco têm impedido sua vigência efetiva para as maiores fabricantes. Uma lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional poderá encerrar debates judiciais e tornar a regra mais efetiva.

## ADVERTÊNCIAS SANITÁRIAS

Atualmente, 100% da face posterior e de uma de suas laterais e 30% da parte inferior da face frontal da embalagem de produtos de tabaco são usadas para alertar a população sobre os malefícios do consumo e da exposição à sua fumaça - art.3º, lei nº9294/96.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer, as advertências sanitárias podem reduzir a prevalência de tabagismo ao modificar a percepção, sobretudo de adolescentes e adultos jovens, sobre os produtos de tabaco, especialmente cigarros; aumentar a motivação em abandonar seu consumo entre os fumantes regulares, e evitar a iniciação ao tabagismo ([INCA](#), 2022; [INCA](#), 2014).

Com base no art. 11, CQCT, a proposta do projeto é aumentar a cobertura da face frontal para 65%, cobrir a outra face lateral e 65% da face superior

## PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA DE PRODUTOS DE TABACO



A lei atual - art.3º, lei nº 9294/96 - ainda permite como forma de propaganda a exposição das embalagens de produtos de tabaco nos pontos de venda, incentivando um produto que causa dependência. Especialistas afirmam que a exibição no ponto de venda atinge não somente os jovens e crianças, mas também adultos que tentam parar de fumar ([ACT](#), 2015).

Por isso, a legislação deve avançar e se adequar à CQCT (art.13), que reconhece que a proibição total da publicidade, da promoção e do patrocínio reduzirá o consumo de produtos de tabaco.

Pesquisadores do Inca/Ministério da Saúde estimaram que, para cada centavo gasto em marketing pela indústria do tabaco, o Brasil gasta quase o dobro em tratamento de doenças relacionadas ao produto ([Szklo, et al](#), 2020).

Análise do Instituto de Efectivad Clínica y Sanitaria apontou que a proibição total da publicidade de produtos de tabaco no Brasil evitaria mais de 5 mil mortes, 36 mil adoecimentos, além da economia no sistema de saúde de R\$1,3 milhão em 10 anos ([IECS](#), 2017).

Pesquisa Datafolha/2015 identificou que cerca de três em cada quatro entrevistados com 16 anos ou mais são favoráveis à proibição total de propaganda e da exposição de cigarros em pontos de venda ([Datafolha](#), 2015).



## PROIBIÇÃO DO FUMO EM VEÍCULOS COM PASSAGEIRO MENOR DE 18 ANOS

A lei nº 9.294/96 veda o uso de qualquer produto para fumar, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, privado ou público. A fumaça do tabaco é tóxica, cancerígena e é a maior fonte de poluição em ambientes fechados. As crianças e os jovens são os mais afetados.

Não há formas de isolamento, ventilação e arejamento eficazes que eliminem as substâncias tóxicas da fumaça ou reduzam os riscos de exposição à poluição tabagística ambiental - art. 8º, CQCT ([ASHRAE](#), 2020).

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar/2019 mostrou que 24% dos jovens de 13 a 17 anos têm pais que fumam. Crianças com pais fumantes têm 4 vezes mais chances de começarem a fumar ([Gov.UK](#), 2021).

Ambientes livres de fumo contribuem para que o tabagismo não seja compreendido como um comportamento comum por crianças e adolescentes.

### ESTE PROJETO DE LEI Nº 6387/2019...

...**não afeta** a produção de tabaco no Brasil, pois cerca de 80% da produção nacional é destinada à exportação ([ITGA](#), 2020; [Editora Gazeta](#), 2022). Para proteger as famílias produtoras de tabaco com a redução da demanda decorrente da implementação da CQCT no Brasil e no mundo, o governo deve oferecer assistência técnica e alternativas economicamente viáveis de renda e produção, por meio do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (art.17 e 18 da CQCT).

...**não incentiva** o contrabando de produtos de tabaco. A eliminação de todas as formas de comércio ilícito desses produtos é parte essencial do controle do tabaco (art.15, da CQCT). Para tanto, é fundamental a implementação no Brasil do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Tabaco (Dec. nº 9.516/2018), que prevê a adoção de medidas que envolvem iniciativas em âmbito nacional, esforços diplomáticos entre países fronteiriços e outras iniciativas para reduzir o comércio ilícito.

### SOBRE A ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE

Organização não governamental que atua na defesa e promoção de políticas públicas de saúde para o controle do tabaco e de bebidas alcoólicas, e promoção da alimentação adequada e saudável.

